

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor
independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 253KF-030-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, que indicam que a Companhia está com o passivo a descoberto em R\$ 2.859 mil, bem como vem apresentando prejuízos recorrentes e fluxos de caixa operacionais negativos. Esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade de sua operação depende substancialmente de alavancagem financeira e aportes de seus acionistas, dentre outras condições descritas na Nota Explicativa nº 1.1. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 a Companhia possui transação com partes relacionadas, as quais são negociadas entre as partes, podendo diferenciar dos valores praticados em condições normais de mercado uma vez que é conduzida no contexto de um grupo de empresas, consequentemente a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis combinadas da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis combinadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Faro Energy | Comércio e Locação de Projetos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	66	792
Contas a receber de clientes	6	348	333
Impostos a recuperar	7	16	62
Despesas antecipadas	8	6	7
Total do ativo circulante		436	1.194
Ativo não circulante			
Imobilizado líquido	10	5.187	6.366
Direito de uso	11	611	614
Total do ativo não circulante		5.798	6.980
Total do ativo		6.234	8.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Faro Energy | Comércio e Locação de Projetos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Debêntures	12	2.098	1.177
Fornecedores	13	3	4
Obrigações tributárias e trabalhistas	14	38	95
Passivo de arrendamento	11	10	9
Total do passivo circulante		2.149	1.285
Passivo não circulante			
Debêntures	12	6.165	8.577
Partes relacionadas	9	119	91
Passivo de arrendamento	11	660	643
Total do passivo não circulante		6.944	9.311
Patrimônio líquido			
Capital social	15	4.425	4.424
Prejuízos acumulados	15	(7.284)	(6.846)
Total do patrimônio líquido		(2.859)	(2.422)
Participação de não controladores		-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		6.234	8.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	17	3.479	3.365
Custo dos serviços e produtos vendidos	-	(1.752)	(1.952)
Lucro bruto		1.727	1.413
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(1.050)	(547)
Despesas tributárias		(12)	(7)
Outras receitas (despesas) operacionais		(21)	73
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		644	932
Receitas financeiras	19	37	69
Despesas financeiras	19	(1.120)	(1.103)
Receita (despesas) financeiras líquidas		(1.083)	(1.034)
Resultado antes dos impostos		(439)	(102)
Resultado do exercício		(439)	(102)
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício por ação (em R\$)		-0,0992	-0,0231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	(439)	(102)
Total do resultado abrangente do exercício	(439)	(102)

Resultado abrangente atribuível a:

Controladores	-	-
Não controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores			Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores
	Capital social		Lucro/(Prejuízos) acumulados	
	Subscrito	A integralizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.425	(1)	(6.744)	(2.320)
Prejuízo do exercício	(1)	-	(102)	(102)
Integralização do capital social	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.424	(1)	(6.846)	(2.422)
Integralização de capital social	1	1	-	2
Prejuízo do exercício	-	-	(439)	(439)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.425	-	(7.285)	(2.859)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa combinadas consolidadas
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(439)	(102)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	1.283	1.434
Depreciação de arrendamento	25	25
Remensuração de arrendamento	5	14
Juros ativos e passivos	2	-
Juros de arrendamento	51	52
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	999
Total	927	2.422
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(15)	(18)
Impostos a recuperar	48	256
Despesas antecipadas	1	6
Outros ativos	10	16
Acrécimo/(decrécimo) em passivos		
Fornecedores	-	(6)
Obrigações tributárias e trabalhistas	(59)	93
Caixa gerado pelas/(aplicado nas) gerado pelas operações	912	2.769
Juros pagos	(617)	(672)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	295	2.097
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições / baixa de imobilizado	(106)	(187)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(106)	(187)
Partes relacionadas	29	319
Pagamento debêntures	(904)	(1.733)
Pagamento de arrendamento	(40)	(59)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(915)	(1.473)
Aumento/(redução) líquido de caixa	(726)	437
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	792	355
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	66	792
Aumento/(redução) líquido de caixa	(726)	437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.

Demonstrações do valor adicionado
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	3.833	3.708
Total	3.833	3.708
Insumo adquiridos de terceiros		
Custo venda de produtos e serviços	(444)	(494)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.083)	(481)
Total	(1.527)	(975)
Valor adicional bruto	2.306	2.733
Depreciação e amortização	(1.308)	(1.458)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	998	1.275
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	37	69
Valor adicionado total a distribuir	1.035	1.344
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	354	343
Remuneração de capitais de terceiros	1.120	1.103
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(439)	(102)
Valor adicionado distribuído	1.035	1.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A. (“Faro Energy I” ou “Companhia”) foi constituída em 13 de agosto de 2018, mas só teve suas operações iniciadas em 2019, quando assumiu o controle de dois ativos fotovoltaicos e os seus respectivos contratos. A Companhia tem como único acionista a empresa Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda.

A Companhia tem em seu modelo de negócio o desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Aneel 482/2012 e nesse modelo, o investimento, operação e manutenção dos ativos fotovoltaicos são feitos integralmente pela Companhia, que também realiza o gerenciamento de seus clientes junto ao sistema de compensação de energia elétrica, com a alocação dos créditos de energia gerados pelas respectivas usinas solares junto às concessionárias distribuidoras de energia elétrica locais, oferecendo, assim, economia substancial para seus clientes com os custos de energia.

1.1. Continuidade operacional

Devido ao modelo de negócios e ao investimento inicial dos projetos, em 31 de dezembro de 2024 o patrimônio líquido estava negativo (passivo a descoberto) em R\$ 2.859 (R\$ 2.422 em 2023) e o resultado do exercício apresentou um prejuízo de R\$ 439 (prejuízo de R\$ 102 em 2023). A previsão da receita operacional no curto e médio prazo será suficiente para que a Companhia tenha continuidade e consiga arcar com todas as suas obrigações.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade com as práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados por seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 27 de março de 2025.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”), sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, essas são convertidas para o real (R\$) na data do fechamento.

Todas as demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros não derivativos, quando aplicável, os quais são mensurados por seus valores justos.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa da Companhia compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

3.2. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são reconhecidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

A Companhia efetuou a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em informações históricas de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

O cálculo do Ajuste a Valor Presente (“AVP”) não resultou em valores relevantes, razão pela qual não foram contabilizados ajustes correspondentes.

3.3. Partes relacionadas

Os ativos e passivos são registrados pelo valor nominal dos títulos representativos, adicionados das correções monetárias e variações cambiais incorridas até a data de encerramento do exercício.

3.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Todos os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil econômica estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

A depreciação dos itens ligados às usinas de energia é calculada utilizando a taxa de 10% ao ano.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

3.5. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Obrigação legal é a que deriva de contrato com termos explícitos ou implícitos, legislação ou outra ação da lei.

Provisão contingente é uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade e, portanto, não é contabilizada, mas somente divulgada.

Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da Companhia e, portanto, não é contabilizado, mas somente divulgado caso o valor seja considerado material. O ativo contingente somente é contabilizado quando for praticamente certo que representará um fluxo financeiro à Companhia.

3.7. Direito de uso e passivos de arrendamento

Durante 2022 a Companhia adotou o CPC 06 (R2) Arrendamentos, que substitui as regras de leasing existentes por uma medição abrangente de leasing e padrão de reconhecimento e requisitos de divulgação expandidos. O CPC 06 (R2) exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos em seus balanços patrimoniais como passivos, com os correspondentes ativos de “direito de uso”. Para fins de reconhecimento da demonstração do resultado, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro ou operacional sem depender de testes de linha brilhante.

A Companhia avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia arrenda os terrenos para instalação de seus equipamentos fotovoltaicos e tais aluguéis são negociados individualmente e possuem diversos termos e condições. Como arrendatária, a Companhia, ao determinar o prazo exequível do arrendamento, considera todos os fatos e circunstâncias que criem um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou criem desestímulos econômicos para não exercer a opção de rescisão antecipada.

a) Direito de uso de ativos

Os arrendamentos são reconhecidos como um direito de uso do bem e um correspondente passivo na data em que o bem arrendado se torna disponível para a Companhia. O direito de usar o ativo é mensurado ao custo que consiste em:

- Valor inicialmente mensurado do passivo de arrendamento.
- Qualquer pagamento efetuado até o início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido.
- Qualquer custo direto inicial; e
- Custos de restauração.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado linearmente desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso do arrendamento reflete que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que é determinada com base na duração do contrato.

b) Passivos de arrendamento

O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa incremental de empréstimos da Companhia.

O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- Pagamentos fixos descontando quaisquer incentivos recebidos.
- Pagamentos variáveis com base em taxas ou índices.
- Valores esperados a pagar ao arrendador pelo valor residual garantido.
- Preço de exercício de uma opção de compra se for razoavelmente certo que o arrendatário exercerá tal opção; e

Pagamentos de penalidades por rescisão do arrendamento se os termos contratuais refletirem a opção de exercício do arrendatário.

A taxa incremental considerada pela Companhia foi de 8% ao ano, tendo sido determinada com base na taxa de retorno preferencial dos acionistas, a partir da reorganização societária, documentada em ata de alteração do contrato de sociedade.

Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) estão refletidos na Nota Explicativa nº 13 onde os contratos de arrendamentos na data-base anterior a 01 de janeiro de 2022 são apresentados pelo saldo remanescente do contrato naquela data.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento de recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, variação monetária e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

3.9. Receitas

A Empresa adotou o CPC 47, Receita de Contratos com Clientes, e todas as alterações relacionadas (“CPC 47”), a Empresa avalia as obrigações prometidas em seus contratos com clientes e identifica uma obrigação de desempenho para cada promessa de transferência de bens ou serviços. Para identificar as obrigações de desempenho, a Companhia considera todas as promessas contratuais, expressas ou implícitas, com base nas práticas comerciais habituais. A receita é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência do controle dos bens ou serviços prometidos aos clientes, o que pode ocorrer ao longo do tempo ou em um determinado momento.

A receita é mensurada por um valor que reflete o retorno ao qual se espera ter direito e é baseada em um modelo detalhado de cinco etapas abaixo: **(i)** identificação do contrato; **(ii)** identificação das obrigações e desempenho; **(iii)** determinação do preço da operação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho, e **(v)** reconhecimento da receita.

3.10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nesses casos, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, quando aplicável, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a entidade atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. São reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal, dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.11. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos, obedecendo ao regime de competência.

3.12. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras (substancialmente dólar) na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

3.13. Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo custo das operações incluindo os custos de transação exceto nos casos de itens inicialmente reconhecidos pelo custo e atualizados posteriormente pelo valor justo por meio do resultado.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **(i)** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **(i)** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **(ii)** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

iii) Não reconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reter o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são reconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.14. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.15. Capital social

As ações da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

3.16. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do período/exercício atribuível aos acionistas da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

3.17. Adoções de normas contábeis – Novas e Revisada

a) Novas normas e pronunciamentos – vigentes

Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente. Os pronunciamentos contábeis listados adiante foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores; e
- Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações contábeis.

b) Novas normas e pronunciamentos – não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

- Alterações à IAS 1 (CPC 26 (R1)) e introduz novos requisitos para a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis;
- Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 inclui novos requisitos de divulgação relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como à contabilização de perdas de crédito.

- Alterações à IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- Alterações ao IAS 21, CPC 02 (R3) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
- IAS 12 / CPC 32 – Reforma Tributária Internacional

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações contábeis em períodos futuros.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das políticas contábeis a Administração da Companhia, realiza julgamentos e elabora as estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incertezas nas estimativas:

i) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

ii) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

iii) Perdas esperadas sobre contas a receber

As perdas esperadas são constituídas, quando aplicável, para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. A Companhia estimou a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Conta corrente	2	4
Aplicações financeiras (i)	64	788
Total	66	792

(i) o saldo compreende os depósitos em conta corrente e de aplicações financeiras disponíveis para uso imediato, em instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito, e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras estão mantidas em bancos de primeira linha e são remuneradas por taxas variáveis de 100% a 103,75% do CDI em 2024 (85% a 103% em 31 de dezembro de 2023).

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela locação das usinas fotovoltaicas e estão compostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Clientes nacionais	348	333
Total	348	333

Aging List	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	348	333
Total	348	333

7. Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de impostos a recuperar estão compostos como segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo negativo de IRPJ (i)	16	51
Saldo negativo de CSLL	-	6
Impostos pagos a maior	-	5
Total	16	62

(i) O saldo na conta IRPJ saldo negativo é originado através do IR sobre aplicação financeira.

Os saldos de impostos recuperáveis estão apresentados pelos seus valores de provável recuperação, sendo que, para o período, não foram requeridos ajustes para adequação dessas recuperabilidades.

8. Despesas antecipadas

Os saldos de despesas antecipadas podem ser assim sintetizados:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	6	7
Total	6	7

9. Partes relacionadas

A Companhia é controlada da Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda. ("FED"), que detém 100% das ações emitidas pela Companhia.

Passivo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Faro Energy Desenvolvimento	119	91
Total	119	91

Movimentação dos saldos

Passivo

Descrição	31/12/2023	Compartilhamento de despesas (i)	Pagamentos	Recebimentos	31/12/2024
Faro Energy Desenvolvimento	91	845	(1.051)	234	119
Total	-	845	(1.051)	234	119

(i) Gastos administrativos pago pela empresa Faro Energy Desenvolvimento e Locação de projetos que foram rateados para a Companhia.

Descrição	31/12/2023	Pagamentos	Recebimentos	31/12/2024
Faro Energy Desenvolvimento	-	(197)	106	(91)
Total	-	(197)	106	(91)

10. Imobilizado

O grupo de imobilizado refere-se a construções de projetos para geração de energia fotovoltaico.

Descrição	Taxa	Custo	(-) Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em uso	10%	6.470	(1.283)	5.187	6.366
Total		6.470	(1.283)	5.187	6.366

Descrição	Taxa	31/12/2023	Adições	Impostos a recuperar.	Deprec.	31/12/2024
Imobilizado em uso	10%	6.366	106	(2)	(1.283)	5.187
Total		6.366	106	(2)	(1.283)	5.187

Descrição	Taxa	31/12/2022	Adições	Depreciações	31/12/2023
Imobilizado em uso	10%	7.613	187	(1.434)	6.366
Total		7.613	187	(1.434)	6.366

11. Direito de uso e arrendamento

Ativo

Composição dos saldos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso arrendamento Bom Abrigo I	685	663
Amortização acumulada	(74)	(49)
Total	611	614

Movimentação dos saldos

Descrição	Taxa	31/12/2023	Depreciações	Remensurações	31/12/2024
Arrendamento Bom Abrigo I	8% a.a.	614	(25)	22	611
Total		614	(25)	22	611

Passivo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de arrendamento curto prazo	10	9
Passivo de arrendamento longo prazo	660	643
Total	670	652

Contrato	Valor contratual (i)	Data de início	Juros a.a.	Data final	31/12/2024	31/12/2023
Arrend. Bom Abrigo I	1.536	Jan/22	8,0%	Jul/48	670	652
Total	1.536				670	652

Circulante	10	9
Não circulante	660	643
Total	670	652

(i) O valor contratual refere-se ao valor nominal remanescente desde a data do início da adoção até a data final do contrato.

Movimentação dos saldos

Contrato	31/12/2023	Remensuração	Pagamentos	Juros apropriados	31/12/2024
Arrendamento Bom Abrigo I	652	29	40	(51)	670
Total	652	29	40	(51)	670

Aging dos vencimentos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	10	8
Acima de 1 a 3 anos	23	119
Acima de 3 a 5 anos	43	119
Acima de 5 anos	594	406
Total	670	652

12. Debêntures

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	8.263	9.754
Passivo circulante	2.098	1.177
Passivo não circulante	6.165	8.577
Total	8.263	9.754

Em janeiro de 2020, a Companhia emitiu 15.000 debêntures, com valor total de emissão R\$ 15.000. As debêntures estão sujeitas a juros de 5,45% ao ano, devidos mensalmente, e com vencimento em janeiro de 2030.

Os recursos líquidos captados pela Companhia foram destinados a:

- Até R\$ 14.900 para pagamento dos empréstimos contraídos para implantação do projeto Bom Abrigo I;
- Para pagamento e cumprimento de todas as despesas, decorrentes da Emissão; e
- R\$ 100 para investimento no Projeto Gaia+, com foco no amparo e desenvolvimento socioeducacional de crianças do sistema educacional público do município de Pirapora/MG.

a) Movimentação das debêntures

Descrição	Saldo em 2023	Apropriação custos de captação de dívida	Pagamento principal	Juros provisionados	Juros pagos	Saldo em 2024
BTG Pactual	9.938	-	(1.923)	1.019	(617)	8.417
Custos de captação	(184)	30	-	-	-	(154)
Total	9.754	30	(1.923)	1.019	(617)	8.263

b) Movimentação das debêntures

A Companhia não possui obrigações contratuais decorrentes do contrato de debêntures relacionado à manutenção de determinados índices estabelecidos nesses contratos (covenants).

13. Fornecedores

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	3	4
Total	3	4

14. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
PIS e Cofins a recolher	32	91
IRPJ e CSLL a recolher	1	-
Impostos retidos a recolher	5	4
Total	38	95

15. Patrimônio líquido

a) Capital social (em reais)

O capital social da Companhia é de R\$ 4.424.747,92, composto por 4.424.748 ações ordinárias no valor de R\$ 1,00 cada uma (31 de dezembro de 2023 era R\$ 4.424.747,92, composto por 4.424,74). A composição do capital está demonstrada a seguir:

Descrição	Participação	Ações
Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda.	100%	4.424.747
Total	100%	4.424.747

b) Reserva legal

É constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos distribuídos

O Estatuto Social prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/1976, 0,01% serão distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O valor apurado em transações entre acionistas refere-se a uma baixa de valores que deveriam ter sido transferidos na cisão do projeto Bom Amigo I.

16. Receita operacional líquida

A principal fonte de receita da Companhia decorre da operação de locação de usinas solares conforme a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita de locação de equipamentos	3.833	3.708
Total	3.833	3.708
Deduções à receita bruta		
(-) PIS	(63)	(61)
(-) Cofins	(291)	(282)
Total	(354)	(343)
Receita operacional líquida	3.479	3.365

17. Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados alocados no resultado da Companhia podem ser assim demonstrados:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depreciações	(1.283)	(1.433)
Serviços de O&M	(131)	(371)
Depreciação de arrendamento	(25)	(25)
Custos com viagens	(25)	(14)
Segurança e vigilância	(229)	(53)
Seguros gerais	(42)	(41)
Internet	(10)	(12)
Software	(2)	(1)
Remensuração de arrendamento mercantil	(5)	(2)
Total	(1.752)	(1.952)

18. Despesas operacionais e administrativas

As despesas administrativas apresentadas no resultado da Companhia podem ser assim demonstradas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas intercompany (i)	(932)	(398)
Serviços tomados de terceiros	(112)	(54)
Depreciações e amortizações	(1)	-
Despesas com viagens	(1)	-
Software	-	(3)
Despesas diversas	(4)	(92)
Total	(1.050)	(547)

(i) Refere-se a despesas administrativas incorridas na controladora e reembolsadas pela Companhia.

19. Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento de aplicação financeira	39	58
(-) Cofins sobre receita financeira	(2)	(3)
Juros ativos	-	5
Atualização Selic	-	9
Total	37	69

Despesas financeiras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Juros passivos sobre empréstimos	(1.019)	(852)
Comissão sobre empréstimo	(15)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	(51)	(50)
Despesas bancárias	(14)	(13)
IOF	(3)	(2)
Juros passivos	(2)	(158)
Multas	(1)	-
Outras despesas financeiras	(15)	(28)
Total	(1.120)	(1.103)

20. Resultado por ação

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) do exercício	(439)	(102)
Média ponderada de ações ordinárias	4.425	4.424
Total	0,0992	0,0231

21. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

As tabelas abaixo apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não incluem informações sobre o valor justo dos ativos e dos passivos financeiros não mensurados ao valor justo. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Ativos	31/12/2024		31/12/2023	
Valor justo por meio do resultado	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	66	66	792	792
Pelo custo amortizado				
Contas a receber de clientes	348	348	333	333
Passivos				
Pelo custo amortizado				
Debêntures	8.263	8.263	9.754	9.754

b) Mensuração do valor justo

As tabelas a seguir apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 1, 2 e 3, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados.

Hierarquia do valor justo

Ativos	Notas	Valor justo em 2024	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	5	66	2	64
Passivos				
Debêntures	12	8.263	-	8.263

- **Nível 1:** são classificados neste nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras;
- **Nível 2:** são classificados neste nível Certificados de Depósitos Bancários (CDB), emitidos por instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelos juros da operação, apropriado *pro rata* dia, e financiamentos e empréstimos; e
- **Nível 3:** não foi classificado nenhum instrumento financeiro neste nível.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e suas obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a contas a receber e outros recebíveis.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Exposição a riscos de crédito

Ativos	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	66	792
Contas a receber de clientes	6	348	333
Total		414	1.125

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Abaixo estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

2024	Notas	Valor contábil	Até 1 ano	Acima 1 a 3 anos	Acima 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Debêntures	12	8.263	2.098	3.305	1.653	1.207
Passivo de arrendamento	11	670	10	23	43	594

2023	Notas	Valor contábil	Até 1 ano	Acima 1 a 3 anos	Acima 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Debêntures	12	9.754	1.177	2.556	2.906	3.115
Passivo de arrendamento	11	652	9	119	119	405

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais os empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Companhia. A moeda funcional da Companhia é basicamente o real (R\$).

Exposição ao risco cambial

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição de risco cambial da Companhia está demonstrado nos quadros abaixo, pelos montantes de principal em reais (R\$).

Análise de sensibilidade ao risco cambial

Uma apreciação (desvalorização) razoavelmente possível do Real frente ao Euro e ao Dólar americano em 31 de dezembro de 2023 teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

- **Cenário I:** estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associada;
- **Cenário II:** estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associada.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2023 (não há exposição em 31 de dezembro de 2024)

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou seus passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros pós-fixados era:

Instrumentos de taxa variável	Taxa	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	CDI	5	64	788
Total			64	788

A Companhia não apresentou a análise de sensibilidade para exposição a taxa de juros por considerar que os valores são irrelevantes.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Dívida líquida	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	8.263	9.754
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(66)	(792)
(-) Despesas antecipadas	(6)	(7)
Endividamento líquido	8.191	8.955

22. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros visando cobrir eventuais riscos operacionais, cujas coberturas são compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas junto a instituições seguradoras, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros.

Seguradora	Cobertura	Importância Segurada	Vigência
Fairfax	Risco material	14.096	02/2025
Fairfax	Lucros Cessantes	3.496	02/2025

* * *